Eixo Capital

ANA MARIA CAMPOS
camposanamaria5@gmail.com

Comitê de Segurança Pública do IRB anuncia auditoria ampla para 2026

TCDF/Divulgação

O presidente do Comitê de Segurança Pública e conselheiro do Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF), Renato Rainha, participou nesta semana do encontro "Segurança Pública em Foco: Experiências em Fiscalizações na Política de Segurança Pública", promovido pelo Comitê de Segurança Pública do Instituto Rui Barbosa (IRB), durante o IV Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC). Rainha defendeu a necessidade de apoio nacional aos estados na área de segurança pública. Ele destacou que, nos últimos cinco anos, o Fundo Nacional de Segurança Pública transferiu quase R$ 8 bilhões ao Distrito Federal, mas que quase metade desse valor (R$ 3,5 bilhões) ainda não foi usado. Segundo o conselheiro, mesmo com os R$ 4 bilhões já aplicados, os resultados ficaram aquém do esperado. "Precisamos ajudar os estados a entenderem por que esses recursos não foram usados onde realmente eram necessários", afirmou. Ele anunciou a realização de uma auditoria ampla para o próximo ano, com o objetivo de identificar falhas na aplicação dos recursos e apontar melhorias para o setor.

PGDF mais perto do cidadão

A Procuradoria-Geral do Distrito Federal realizou, em Ceilândia, uma ação social para orientar a população sobre o Programa Negocia-DF, oferecendo descontos em multas e juros e parcelamento facilitado para regularização de débitos como IPTU, IPVA e ICMS. A iniciativa aproxima o Poder Público do cidadão e reforça o compromisso da PGDF em facilitar a vida de quem deseja regularizar sua situação fiscal.

Divulgação

Divulgação/TJDFT

Prêmio Diamante para o TJDFT

Pela sétima vez consecutiva, o Tribunal de Justiça do Distrito Federal e dos Territórios (TJDFT) recebeu o Prêmio CNJ de Qualidade na categoria Diamante, a mais alta distinção concedida pelo Conselho Nacional de Justiça (CNJ) aos tribunais brasileiros. O troféu foi entregue ao juiz auxiliar da Presidência, Eduardo Rosas, que representou o presidente do TJDFT, desembargador Waldir Leôncio Júnior. A cerimônia ocorreu na última terça-feira, durante o 19º Encontro Nacional do Poder Judiciário, em Florianópolis. O TJDFT alcançou 86,8% dos requisitos estabelecidos, garantindo a pontuação necessária para figurar entre os órgãos mais bem avaliados do país. Foram analisados quatro eixos: Governança, Produtividade, Transparência e Dados e Tecnologia. Nesse, o TJDFT obteve índice de 100%.

Maturidade institucional

O presidente do TJDFT, Waldir Leôncio, comemorou a premiação. "Esta conquista não é apenas um distintivo de excelência. É a expressão da maturidade institucional, da governança responsável, da cultura de resultados e da dedicação exemplar de magistrados, servidores e colaboradores que constroem diariamente um Tribunal comprometido com a sociedade", afirmou.

PSDB oficializa filiação de Paula Belmonte

A deputada distrital e pré-candidata ao GDF Paula Belmonte oficializou ontem sua filiação ao PSDB. A cerimônia reuniu lideranças políticas, apoiadores e representantes da sociedade civil. Durante o evento, a deputada destacou que sua decisão representa uma nova etapa em sua caminhada pública e reforçou o caráter não tradicional da sua trajetória na política. "O PSDB vive hoje um novo momento, de reconstrução, de retomada do diálogo, do equilíbrio e da política responsável. Quando o PSDB perdeu força, foi o Brasil que perdeu. Por isso, hoje damos um passo seguro na construção de um novo PSDB, mais forte, mais conectado com a sociedade e com a democracia", afirmou o presidente nacional do PSDB, Aécio Neves. Também estavam presentes a ex-governadora Maria de Lourdes Abadia, o ex-governador José Roberto Arruda, a senadora Leila do Vôlei, o ex-senador José Antônio Reguffe e diversas outras autoridades.

Divulgação

À QUEIMA-ROUPA

CLÁUDIA ALCÂNTARA, PRESIDENTE DO SINDICATO DOS DELEGADOS DA POLÍCIA CIVIL DO DF (SINDEPO-DF)

"O sindicato não apoia nomes, apoia projetos. Qualquer candidatura que apresente propostas sólidas para fortalecer a Polícia Civil, garantir segurança jurídica e valorizar os delegados e os policiais civis terá espaço para dialogar conosco"

Sindepo/Divulgação

Vários políticos acompanharam a solenidade de assinatura da MP do reajuste da segurança pública do DF. Por que houve essa comoção política em torno do tema?

Houve uma forte mobilização política porque a recomposição salarial da Polícia Civil do DF é uma pauta histórica, complexa e que exige articulação em várias frentes. O presidente Lula cumpriu integralmente o acordo construído junto ao MGI (Ministério da Gestão e da Inovação) e, ao assinar a MP, demonstrou sensibilidade e respeito pelas forças de segurança do Distrito Federal. A ministra Esther Dweck conduziu o processo com seriedade técnica, diálogo e responsabilidade. No Congresso, a senadora Leila Barros teve papel central nas articulações, somando-se ao apoio firme da deputada Erika Kokay, do senador Izalci Lucas, do deputado Rafael Prudente e do deputado Chico Vigilante. Também contamos com o acompanhamento dos parlamentares distritais Wellington Luiz e Jane Klebia. Do lado do GDF, tivemos gestos institucionais importantes do governador Ibaneis, da vice-governadora Celina Leão e do secretário Sandro Avelar. Essa união de esforços explica por que o tema ganhou tanta atenção política e culminou em um resultado tão significativo para a segurança pública.

O Sindepo vai fechar uma posição em torno de candidaturas em 2026, como houve em outras ocasiões?

O Sindepo é uma entidade apartidária e dialoga com todos os projetos que se colocam para o Distrito Federal. Em 2026, seguiremos essa tradição: ouviremos atentamente todos os postulantes que queiram apresentar propostas para a Polícia Civil do DF, sempre com absoluto respeito à pluralidade política. Nosso compromisso é garantir que a categoria tenha acesso a informações claras e objetivas para formar sua própria convicção. A decisão eleitoral é individual e pertence a cada filiado. Ao sindicato, cabe assegurar um ambiente de diálogo maduro, técnico e responsável, preservando nossa autonomia e mantendo portas abertas com todos aqueles que valorizam e compreendem a importância da nossa instituição.

Quem o Sindepo apoia para a disputa ao GDF e ao Senado?

O sindicato não apoia nomes, apoia projetos. Qualquer candidatura que apresente propostas sólidas para fortalecer a Polícia Civil, garantir segurança jurídica e valorizar os delegados e os policiais civis terá espaço para dialogar conosco. A pauta é técnica, não partidária.

Há tradição de que só vence o Buriti quem tem o apoio da Polícia Civil. Acredita nisso?

A Polícia Civil tem grande credibilidade e conhece profundamente a realidade do DF. Quem se aproxima da instituição com respeito, diálogo e compromisso naturalmente ganha força. Não se trata de decidir eleições, mas de reconhecer que segurança pública é um eixo central de qualquer projeto de governo.

Qual é o clima da categoria com esse reajuste?

O clima é de gratidão, reconhecimento e renovação de confiança. A categoria viveu um processo longo de espera, e a MP chegou como um gesto concreto de valorização. Encerramos o ano com alívio e motivação, celebrando um avanço que fortalece toda a Polícia Civil do DF e reforça a importância do nosso trabalho.

Acompanhe a cobertura da política local com *@anacampos_cb*

»Entrevista | RODRIGO ROLLEMBERG | DEPUTADO FEDERAL (PSB)

Parlamentar afirma que tem expectativa de obter as 171 adesões necessárias para instalar investigação do Banco Master

"Temos 116 assinaturas para CPI"

» VITÓRIA TORRES

O deputado federal Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) disse que há 116 assinaturas das 171 necessárias para a instalação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) do Banco Master na Câmara dos Deputados. No programa CB.Poder *— parceria entre o* **Correio Braziliense** *e a TV Brasília — de ontem, o parlamentar também falou aos jornalistas Ana Maria Campos e Carlos Alexandre de Souza sobre o cenário político do Distrito Federal e a movimentação para as eleições de 2026.*

Marcelo Ferreira/CB/D.A Press

O que pede o seu requerimento para uma CPI do Banco Master na Câmara dos Deputados?

Estamos falando de um desvio de R$ 12,2 bilhões, uma coisa absolutamente inusitada, é difícil até de acreditar como é que um banco como o BRB compra R$ 12,2 bilhões de títulos inexistentes, como demonstrou a Polícia Federal. E o pior, depois disso, para encobrir a operação, o BRB tenta comprar o Banco Master por R$ 2 bilhões, numa operação em que o governador do DF, Ibaneis Rocha, está diretamente envolvido, porque, todos acompanharam, pela imprensa, a defesa veemente que ele fez da compra do Master pelo BRB, inclusive, depois da negativa do Banco Central. O Banco Central negou e encaminhou a documentação para a Polícia Federal. Ainda assim, o governador Ibaneis insistiu na compra do Banco Master pelo BRB. A gente sabe, também, que, para a presidência e a diretoria do BRB, têm indicações políticas que partem de presidentes de partidos nacionais, o presidente do PP, o presidente do União Brasil. Portanto, é muito importante que todas essas ligações políticas que levaram a essa fraude, a esse rombo bilionário, sejam investigadas a fundo, com o objetivo de punir os culpados e também de criar legislação que possa dificultar esse tipo de operação.

Para a instalação de uma CPI na Câmara, são necessárias 171 assinaturas? Quantas foram obtidas?

Nós já temos 116 assinaturas. A gente percebeu uma movimentação muito grande de deputados querendo assinar a CPI, a partir da decisão do ministro Dias Toffoli, ontem (terça-feira), de dar sigilo absoluto ao pedido dos advogados do Banco Master para que o processo suba para o Supremo Tribunal Federal. Então, a gente tem uma expectativa de conseguir as assinaturas necessárias.

Aponte a câmera para assistir à entrevista

Como o senhor avalia a nomeação do novo presidente do BRB e o anúncio de que haverá uma auditoria independente na instituição?

As informações que temos é que o presidente foi indicado pelo mesmo grupo político que indicou o presidente anterior. Mas vamos aguardar. Não quero fazer nenhum pré-julgamento. Acho que é muito importante que tenham auditorias independentes, mas acho que a melhor auditoria, neste caso, é a da Polícia Federal e de uma CPI.

No seu governo, também houve problemas na gestão do BRB. Qual é a diferença entre o que aconteceu no seu governo para agora?

Primeiro, é importante ressaltar que, ao final da minha gestão, eu deixei o BRB extremamente saudável e isso foi reconhecido pelo Banco Central. Eu jamais me imiscuí em qualquer decisão do BRB. Em nenhuma operação do BRB, da menor à maior, houve qualquer interferência minha. Agora, nós estamos tratando de uma operação de R$ 12,2 bilhões, de compras de títulos inexistentes, de uma tentativa depois da compra de um banco por R$ 2 bilhões para encobrir a operação anterior e que houve uma participação, uma liderança, do governador Ibaneis Rocha.

Falando sobre as próximas eleições, o senhor acredita que a candidatura do ex-governador Arruda vai vingar?

Não tive ainda condições de me aprofundar na questão jurídica. Certamente, o que a gente percebe, claramente, até por manifestações públicas nos jornais, é que há uma tentativa do governador Ibaneis de evitar a candidatura do Arruda. Aliás, esse é o *modus operandi* do governador Ibaneis, de tentar retirar os adversários da disputa para tentar disputar a eleição sozinho. Dessa vez, ele não vai conseguir, porque, certamente, o PSB terá candidato, o Ricardo Cappelli, um candidato combativo, um candidato que vem fazendo oposição sistemática ao governador Ibaneis, que foi o primeiro a denunciar com muita consistência esse escândalo do BRB.